

Informe 28.04.2021

Correção do FGTS de 1999 a 2013 Possibilidade de Recebimento de Valores Significativos por Decisão do STF em 13/05/2021

Está previsto para o dia 13/05/2021 o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A decisão, se favorável ao trabalhador, poderá render uma boa quantia para quem trabalhou, com carteira assinada no período de 1999 a 2013, uma vez que o FGTS neste período era corrigido pela TR (taxa referencial) mais 3% de juros ao ano e não acompanhavam a inflação, ou seja, o dinheiro estava sendo administrado pelo Governo e quando devolvia tinha-se uma falsa impressão de que havia rendido.

A verdade é que os trabalhadores tiveram uma grande perda, porque a inflação da época corroeu o saldo do seu FGTS.

Essa é a discussão que está em questão aguardando a decisão do Supremo, ou seja, a troca de índice de correção do FGTS da TR pelo INPC, IPCA ou IPCA-E.

Se a decisão do STF for pela alteração do índice de correção do FGTS entre 1999 e 2013, essa troca fará com que haja um aumento significativo no seu saldo.

Uma informação importante, que aumenta a expectativa por um julgamento favorável é que o STF, recentemente, disse que a TR não é um índice que acompanha a inflação e por isso não pode ser aplicado para corrigir os precatórios (valores para receber do Governo), de forma que para a correção dos precatórios foi alterada para a aplicação do índice do INPC.

Assim, se o STF entendeu desta forma nas correções dos precatórios, é grande a expectativa de que decidirá da mesma forma para o caso do FGTS.

E, a orientação é que, para quem tenha interesse em rever a correção de seu saldo de FGTS no período de 1999 a 2013, ingresse com a ação judicial antes do julgamento do STF, marcado para o dia 13/05/2021, pois não se sabe como será a decisão sobre quem terá direito a alterar o índice, uma vez que isso dependerá do que se chama de modulação e será a fase final do julgamento.

A documentação para o ajuizamento do processo é bastante simples, sendo apenas cópia do RG/CPF ou CNH; comprovante de residência; Carteira de Trabalho (página de identificação e registros); extrato analítico do FGTS de 1999 a 2013 (disponível no site da CEF. cef.gov.br) e Carta de Concessão da Aposentadoria (somente para quem é aposentado)

Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a questão, estamos à e-mail contato@bedinelli.com.br e/ou pelo Whatsapp 11 9.9446-4841.

Bedinelli Advogados
Melisa Bedinelli - melisa@bedinelli.com.br